



*Homenagem a Profa. Dra. Ana Paula Mendes Cavalcanti*

MULHERES CAMPONESAS, LUTAS E APRENDIZADOS NO ACAMPAMENTO  
ZÉ MARIA DO TOMÉ – CE

*PEASANT WOMEN, STRUGGLES AND LEARNING AT THE ZÉ MARIA DO TOMÉ CAMP - CE<sup>1</sup>*

Sandra Maria Gadelha de Carvalho<sup>2</sup>

Lunian Fernandes Moreira<sup>3</sup>

Thainara Fernandes de Oliveira<sup>4</sup>

Thaynã Coelho de Souza<sup>5</sup>

**RESUMO**

O presente artigo retrata o processo de organização das mulheres do Acampamento Zé Maria do Tomé, seus aprendizados e a inclusão política no âmbito da luta pela terra. A pesquisa objetivou investigar quais os saberes constituídos pelas mulheres acampadas que participam do grupo “Mãos que Criam”. A metodologia dialética comporta duas categorias essenciais ao estudo: a contradição e a totalidade. Além da investigação bibliográfica, registrou-se em um caderno tipo diário de campo, conversas informais e observações em vários momentos de reuniões, trabalho e feiras realizadas pelo grupo. Os resultados apontam que a organização feminina contribuiu no processo de auto-reconhecimento de seu trabalho e participação social, ampliando sua inclusão política, fortalecendo um processo de despraticarização enquanto mulher camponesa e acampada. Quanto aos saberes agroecológicos adquiridos, a produção saudável tem garantido segurança alimentar a partir de seus quintais produtivos.

**Palavras-chave:** mulheres camponesas; aprendizados em agroecologia; despatriarcalização, inclusão política.

**ABSTRACT**

This article portrays the process of organizing women at the Zé Maria do Tomé Camp, their learning and political inclusion in the struggle for land. The research aimed to investigate the knowledge constituted by the camped women who participate in the “Mãos que Criam” group. The dialectical methodology comprises two essential categories for the study: contradiction and totality. In addition to the bibliographical investigation, informal conversations and observations at various times of meetings, work and fairs held by the group were recorded in a field diary notebook. The results show that the women’s organization contributed to the process of self-recognition of their work and social participation, expanding their political inclusion, strengthening a process of depractication as peasant and camped women. As for the agroecological knowledge acquired, healthy production has ensured food security from its productive backyards

**Keywords:** peasant women; learning in agroecology; depatriarchalization, political inclusion.

- 1 Este artigo possui uma versão inicial e parcial que foi apresentada no Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste -EPEN/2020.
- 2 Doutora em Educação, Professora da Universidade Estadual do Ceará - UECE/FAFIDAM/MAIE, Brasil. E-mail: sandra.gadelha@uece.br
- 3 Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA/UFC, Brasil. E-mail: lunian.moreira@aluno.uece.br
- 4 Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE/FAFIDAM, Brasil. E-mail: thainara.oliveira@aluno.uece.br
- 5 Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE/FAFIDAM, Brasil. E-mail: [thayna.souza@aluno.uece.br](mailto:thayna.souza@aluno.uece.br)

Recebido em 10 de agosto de 2021  
Aceite em 16 de outubro de 2021



## 1 INTRODUÇÃO

A investigação dialoga com o Programa de Extensão Universitária “Escola, Educação do Campo e Organização da Cultura: conhecimentos e vivências para a emancipação humana”; desenvolvido desde o ano de 2014, no Acampamento Zé Maria do Tomé, por professores e estudantes dos Cursos de Pedagogia, Geografia e História da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE), no Município de Limoeiro do Norte (Ceará), onde se situa o referido Acampamento, tendo como objetivo fortalecer a organização política e produtiva dos/as acampados/as.

Parte-se da premissa que os processos educativos estão para além dos muros e dos espaços físicos de escolas e universidades, posto que os aprendizados podem acontecer de forma sistematizada ou não-formal, em vários espaços e situações (Ghon, 1997). A inserção em movimentos sociais tem propiciado aprendizados diversos, quando se constrói uma práxis educativa que permite ações e reflexões como propõe Freire (1987).

Nas atividades do Programa de Extensão Universitária, por meio das quais foi possível observar a crescente organização das mulheres, várias indagações foram suscitadas: a inserção no grupo “Mãos que Criam” tem reverberado de que forma em suas vidas? Pode-se afirmar que constituem um despatriarcalismo em suas práxis política? Quanto a sua práxis educativa (Freire, 1987), quais as especificidades próprias do território em que residem? Na busca por responder tais questões norteadoras da pesquisa, nesse trabalho nos propomos a compreender as relações entre educação e movimentos sociais, no caso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com recorte de gênero em territórios rurais, mais especificamente, no Acampamento Zé Maria do Tomé, na Chapada do Apodi, município de Limoeiro do Norte, no estado do Ceará. (CE), lócus desta investigação.

A matriz metodológica dialética ampara as análises, em consonância ao objetivo e a questão central, vez que comporta duas categorias essenciais ao estudo: a contradição e a totalidade, as quais permitem melhor compreender as tensões vivenciadas em um território em conflito, assim como as múltiplas determinações que o configuram. Além da investigação bibliográfica, registrou-se em um caderno tipo diário de campo, conversas informais e observações em vários momentos de reuniões e feiras realizadas pelo grupo “Mãos que Criam”, durante o ano de 2019. A incidência da Pandemia da COVID-19, causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), decretada por Tedros Adhanom, diretor geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020 (Unasus, 2020), ocasionou uma suspensão das atividades em campo previstas para esse ano, acontecendo os contatos com as acampadas por meio do aplicativo *Whatssap*. Assim, por ser tratar de um trabalho de base qualitativa, com inserção empírica e bibliográfica, perscrutou-se as obras de Silva (2019), Autor 1 e outra (2018), Autor 1 e outro (2017) Rosset e Torres (2016), para reflexões sobre gênero, mulheres camponesas e agroecologia; acerca das questões conflituosas e o avanço do capitalismo no campo, bem como na Chapada do Apodi, lócus dessa pesquisa, Autor 1 e Autor 2 (2018), Löwy (2011), Rigotto (2011), sobre movimentos sociais e práxis educativa e política, Ghon (1997), Freire (1987), sobre mulheres camponesas e despatriarcalização Silva (2019), Gonçalves (2009), Esmeraldo (2007).

A análise das questões será apresentada neste trabalho, inicialmente, abordando o lócus da pesquisa e as ações realizadas no projeto de extensão que foram base para a pesquisa. Em seguida, será enfocado os aspectos que cerceiam os conflitos socioambientais entre agroecologia e agronegócio na Chapada do Apodi, bem como as relações e desdobramentos estabelecidos entre as mulheres no grupo “Mãos que Criam”, tanto no aspecto político, quanto no de organização e produção.



Espera-se que as reflexões venham a contribuir com o debate sobre a relação entre a educação e movimentos sociais, destacando-se a organização e luta das mulheres camponesas, os aprendizados construídos coletivamente e os dilemas que enfrentam. Na atual conjuntura política brasileira, em que cresce a violência contra os movimentos sociais, dar visibilidade aos sujeitos historicamente marginalizados e que lutam por justiça no campo, com recorte de gênero, se soma à resistência que protagonizam.

## **2 AGROECOLOGIA *VERSUS* AGRONEGÓCIO: RESISTÊNCIA E LUTA NA CHAPADA DO**

### **APODI – CE**

A Chapada do Apodi, localizada na divisa entre os estados do Ceará – CE e Rio Grande do Norte - RN, no Nordeste brasileiro, há anos vivencia uma disputa por terras e por água. De acordo com Cavalcante (2019):

A região abriga a maior concentração de empresas do agronegócio no Ceará, responsáveis por introduzir um novo modelo de reprodução do capital no campo e por gerar um conflituoso quadro de desregulação social, ambiental e territorial que deixou profundas marcas na sociedade, no ambiente e no território. (Cavalcante, 2019, p. 14)

De um lado, tradicionalmente, têm-se as comunidades camponesas que buscam produzir alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, e do outro, desde 1997, instalou-se Perímetros Irrigados com um modo de produção que tem impactado o meio ambiente (Rigotto, 2011) e, conseqüentemente, os moradores e moradoras da Chapada do Apodi - CE, em particular aqueles que residem nas comunidades que abrangem os solos ocupados pelas empresas do agronegócio.

A instalação das Empresas nacionais e multinacionais do ramo frutífero e produtoras de monocultivos, na Chapada do Apodi, na área do Perímetro Jaguaribe-Apodi, veio acompanhada de uma grande propaganda de geração de renda e de desenvolvimento para os moradores da região. Contudo, com o passar dos anos, o que foi constatado segundo as pesquisas coordenadas pela Profa. Dra. Raquel Rigotto (2011) foi o adoecimento dos sujeitos e morte dos animais, logo após o avião pulverizador passar jorrando veneno sobre as plantações, canal de irrigação, animais e residências próximas ao loteamento de produção de frutas provenientes do agronegócio, como constatado nos trabalhos de Diógenes (2017), Aguiar (2017) e Braga (2010).

O agronegócio, beneficiado pelas políticas agrícolas, aqui é entendido, segundo Autor 1 e outro (2014), como:

(..) modelo de produção agrícola com mão de obra assalariada em que predomina alta concentração da terra, com utilização de moderno maquinário, sementes transgênicas, adubos químicos, massivo uso de agrotóxicos e de insumos agrícolas que elevem a produtividade em patamares não vistos antes, tem sido priorizado em termos de política agrária e financiamento nas políticas agrícolas no Brasil, nas últimas duas décadas, em detrimento da agricultura familiar. (Autor 1 e outro, 2014, p. 47)

Assim, o *modus operandi* do agronegócio confronta com a tradicional e resistente forma de produção da agricultura familiar, cujos cultivos preservam a diversidade, utilizam sementes caboclas, e se empenham na produção de alimentos livres de agrotóxicos. Segundo Rigotto (2011) o



“desenvolvimento”, anteriormente, prometido agora é observado como “(des)envolvimento”, o qual proporcionou a expropriação dos camponeses de suas terras, o envenenamento do solo, da água, dos alimentos e matou animais e sujeitos que padeceram doentes devido a exposição, direta ou indireta, aos agrotóxicos.

A resistência a esse modelo de produção se inicia com a denúncia das constatações das pesquisas realizadas por docentes da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE), como afirma Cavalcante (2019), Silva (2019) Autor 1 e Mendes (2014), entre outros. Desde os primeiros tempos da ocupação de parte das terras no Perímetro Irrigado - Jaguaribe-Apodi, pelas famílias camponesas com auxílio do MST, se impôs o desafio da transição agroecológica no Acampamento Zé Maria do Tomé.

A transição agroecológica no Acampamento Zé Maria teve sua primeira etapa pela decisão de não uso do agrotóxico no cultivo. Todavia, a mudança na forma de produção requereu apoio técnico e, nesse sentido, foram implementados alguns canteiros, hortas, mandala, como campo experimental de novas tecnologias não agressivas ao meio ambiente e fortalecimento das culturas. No entanto, o fato de o Acampamento estar numa área de fronteira com as grandes indústrias agro exportadoras de fruticultura, já constituiu um primeiro obstáculo à expansão da agroecologia (Oliveira, 2015).

A Agroecologia é uma ciência que está para além da produção de alimentos livre de agrotóxicos. De acordo com Hecht (2002) e Caporal (2009) a agroecologia traz como preceito o uso não-intencional de produtos químicos e surgiu a partir do movimento de ecologização da agricultura indo de forma contrária ao modelo de agricultura convencional que possuía raízes na Revolução Verde do século XX. Com caráter político, social, cultural e econômico, a agroecologia leva em consideração as vivências, a luta e a construção de uma identidade camponesa, bem como contribui na fixação do sujeito à terra e apresenta-se como caminho à sustentabilidade no campo, concepção reforçada por Santos (2016) ao afirmar que:

[...] a Agroecologia vem se constituindo enquanto uma força política de resistência ativa e cotidiana face à modernização da agricultura e suas consequências. Um tipo de resistência que não se dá necessariamente no confronto direto, mas a partir do dar-se conta da importância política de suas práticas cotidianas de trabalho, inscritas em sua forma de fazer agricultura e em seu próprio modo de vida em uma forma de relação com a natureza que resgata a memória de conhecimentos e práticas desenvolvidas por essas populações durante milênios como um elemento estratégico na atualidade em contraposição ao modelo agrícola dominante (Santos, 2016, p. 12)

É através desse viés agroecológico, que docentes e discentes da Universidade Estadual do Ceará e Universidade Federal do Ceará vem desenvolvendo pesquisas que contribuem no processo de transição agroecológica no Acampamento Zé Maria do Tomé, como constata Oliveira (2015) em sua dissertação de mestrado, ali realizada, ao descrever a demanda dos acampados e acampadas quanto à compreensão do que seja a agroecologia, e como praticá-la. Como parte de sua pesquisa participante, promoveu junto com a coordenação do Acampamento, o minicurso intitulado “Construindo a Transição Agroecológica”, o qual buscou explicar os conceitos básicos sobre a temática, bem como, desmistificar a ideia de dificuldades e pouco produtividade, relacionada, erroneamente, à agroecologia.

Por mais que os acampados e acampadas insistam em plantar levando em consideração os princípios agroecológicos, alguns fatores interferem nesse processo, como ressalta Freitas (2017) ao



citar a migração das pragas oriundas dos monocultivos das empresas, e Sousa (2015) que em sua pesquisa de mestrado constatou a presença de glifosato no ar, tanto na zona rural quanto na zona urbana no município de Limoeiro do Norte, justificado pela autora como poluentes advindos da zona rural e dispersados pelos ventos.

Mais recentemente, no ano de 2019, ainda no âmbito do supracitado Projeto de Extensão, outro momento relacionado à agroecologia foi construído no Acampamento, com a assessoria da professora Dra. Brisa Cabral, docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *Campus Crato*, referência na disseminação e emprego da permacultura. As acampadas, docentes e discentes da FAFIDAM/UECE e IFCE – *Campus Limoeiro do Norte*, estiveram em contato com essa nova temática, que visa transformações sustentáveis para hoje e para o futuro, e que contou com aulas teóricas e expositivas e foi concluída com a elaboração de um projeto sobre a permacultura que posteriormente seria aplicado no referido Acampamento. Dessa forma, o primeiro saber necessário a mudança da forma de paradigma produtivo, foi conhecer a agroecologia e sua tecnologia que passou a ser experimentada em seus quintais produtivos. Dos quintais para a organização de sua produção as mulheres, ampliam sua inclusão nas instâncias organizativas e criam o Grupo “Mãos que criam”.

### **3 “MÃOS QUE CRIAM”: APRENDIZADOS E ORGANIZAÇÃO FEMININA NO ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ**

Na perspectiva de transição agroecológica, algumas mulheres do Acampamento iniciaram seus quintais produtivos. À medida que se organizaram nas atividades produtivas, elas também passaram a participar das instâncias organizativas do Acampamento, como coletivos da coordenação e dos núcleos de base, assim como na luta pela posse da terra.

O lugar de fala passa a ser vivenciado por essas mulheres com uma rotina diferenciada, nesse caso, um cotidiano pautado na agroecologia, na organização feminina e na luta pela terra, a fim de aumentar a visibilidade das mesmas no seu espaço de vivência e resistência. Aqui, o lugar de fala é das mulheres camponesas, que ocupam a agroecologia familiar e vão partilhar um pouco de sua maturação e sabedoria ao longo dos anos. Nesse novo caminhar, desafiam o lugar social a elas destinado, ressignificando as relações de gênero como reflete Adichie (2014): “O problema da questão de gênero é que ela prescreve como devemos ser em vez de reconhecer como somos. Seríamos bem mais felizes, mais livres para sermos quem realmente somos, se não tivéssemos o peso das expectativas de gênero.”

O patriarcado, produzido e reproduzido das relações capitalistas, é o “senhor” da grande opressão feminina, pois dá possibilidade aos homens de delegar às mulheres, os serviços domésticos, que são essenciais, sob discursos de “lugar da mulher”, que mascaram injusta divisão de trabalho. Podemos enxergar tais mecanismos na fala de Saffioti (1994, p.24): “... embora afetando homens e mulheres, incide de maneiras diferentes e com intensidade variável sobre os elementos que pertencem a uma e a outra categoria de sexo. Daí a necessidade de se inserir na luta de classe a luta pela liberação da mulher”.

Esse rompimento com uma expectativa dada para as mulheres camponesas, sob a força do patriarcado, levou-as a constituir o Grupo “Mãos que Criam”, cujo objetivo inicial seria melhorar a renda familiar através da comercialização de seus produtos e artesanatos. Aos poucos e, com o apoio do MST, que tem como um de seus princípios a participação da família toda nas atividades de organização e luta



e, portanto, incentiva o envolvimento feminino, pode-se constatar que as mulheres têm questionado a posição social e familiar que lhes impõem a permanência no cuidado da família e atividades auxiliares a seus maridos na lavoura, tornando-as invisibilizadas socialmente. É o que revela o depoimento de uma das participantes:

“A gente pensou em formar o Grupo de Mulheres pra mostrar pra sociedade que aqui não tinha só homem, a gente queria mostrar pra sociedade que isso era mito, que aqui também tinham mulheres e que as mulheres se organizavam, também trabalhavam” (Luzia Costa, integrante do Grupo de Mulheres Mãos que Criam e do Acampamento do MST Zé Maria do Tomé).

O patriarcado como instituição social e histórica atribui às mulheres um lugar subalternizado socialmente (Federici, 2017). Ao passo que se dedicam às atividades produtivas, participam de seminários sobre a produção agroecológica, se deslocam para comercializar seus produtos em Feiras na região e também na FAFIDAM, por organização do projeto de extensão, vivenciam novas experiências, passam a falar publicamente, a questionar e desnaturalizar as relações sociais e familiares que sob a lógica do patriarcado.

A luta pelo reconhecimento das mulheres, é retomada no período pós Ditadura Militar, na década de 1980, fortalecida por um conjunto de eventos, indicados por Sales (2007):

Um conjunto de eventos e de lutas das mulheres no mundo, no Brasil e, particularmente, no Ceará, no período de 1974 a 1985, chegou ao campo e marcou o percurso das mulheres rurais. As Conferências Mundiais, a aprovação da Década da Mulher (1975–1985) e a instalação do Ano Internacional da Mulher em 1975 foram acontecimentos impulsionadores na luta pelos direitos das mulheres. (Sales, 2007, p. 437)

Tais eventos animam a luta pelo reconhecimento da mulher camponesa cearense, notadamente na década de 1980, quando os movimentos do campo passam novamente, no período da transição democrática, a ocupar os cenários públicos nacionais, enfatizando o reconhecimento de sua classe social, encontros como as Conferências Mundiais em que eram debatidos temas como emancipação feminina, sindicalização e principalmente, participação política. Os encontros propiciaram que as trabalhadoras rurais lutassem também pelo espaço de escuta, acolhimento e que pudessem falar sobre sua jornada de trabalho, como relata Sales (2007)

A organização das trabalhadoras estimula suas lideranças a pensar sobre as desigualdades de gênero, e, a partir desse olhar, as trabalhadoras começam a discutir sobre a invisibilidade do seu trabalho na agricultura familiar camponesa. As trabalhadoras rurais percebem que as atividades produtivas desenvolvidas no grupo familiar têm um significado econômico; não são simplesmente uma ajuda. (Sales, 2007, p. 439)

No Acampamento Zé Maria do Tomé, os encontros entre as mulheres também propiciaram



reflexões e escuta mútua. A parte os questionamentos quanto a valorização do gênero e a (in)visibilidade do trabalho feminino, as mulheres nas reuniões do grupo “Mãos que criam”, nas lutas, refletem e ressignificam sua inclusão social, como destaca o depoimento de Mônica:

Lá em casa mermo no começo, eu me esforçava na coordenação, tinha que dá de conta da casa e ainda trabalhava nos canteiros, nas coisas e eu saio vendendo as verduras que nem todo mundo sabe desde o começo. Tinha dia que eu chegava tava tudo revirado, teve um dia eu fiz uma zuada lá bem grande, quando eu cheguei ele tava sozinho em casa, trancou a porta, disse que tinha lavado as vasilha tudo, não tinha mais nada sujo pra mim arrumar. Aí eu ‘Peraí que eu já sei qual é o caminho agora’ (Mônica).

Assim, as pautas da vida, do cotidiano, da relação de gênero e divisão do trabalho são pertinentes também ao Grupo de Mulheres “Mãos que Criam”. No cenário de aquisição de seu espaço e fala, aos poucos a necessária a transformação, reeducação caminha para compreensão e questionamento do patriarcado pelas acampadas, para que haja maior igualdade de inclusão de todas e todos na cena pública da comunidade. Esses posicionamentos e reflexões são também reforçados pelo MST, pois informa Gonçalves (2009):

Nos anos 1990 começou a ser criado um Coletivo Nacional de Mulheres do MST. A “invisibilidade” da participação feminina passou a ser o objeto de debates e resoluções. No artigo 45 do Documento Básico do MST, de 1993, é enfatizada a necessidade de “Considerar as questões específicas das mulheres e sua participação como parte integrante das reivindicações e da organização”. (Gonçalves, 2009, p. 202)

O trabalho da mulher do campo traz consigo não somente a importância do gênero feminino nas atividades do campo, mas também a luta, resistência e valorização das mesmas, incentivando a igualdade de gênero e sua inserção em todos os espaços. A participação das mulheres nas atividades agrícolas, reflete a divergência do exercício feminino no campo, antes vista apenas como ajudantes, as trabalhadoras rurais têm ganhado força e visibilidade no desenvolvimento da agricultura familiar e de atividades extras que lhe atribuem renda e amplificação econômico-social. Como afirma Sales (2007, p.437):

A presença das mulheres rurais na produção agrícola familiar é um fato. Mesmo na invisibilidade, não se pode negar que elas estão ocupando terras, plantando, colhendo, e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. Presentes na casa, no quintal, na roça e na luta pela terra, as mulheres tiveram ainda de lutar pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras.

Ainda nesse sentido, Sales (2007) diz que logo após a redemocratização do Brasil e com o ressurgimento dos movimentos sociais nas ruas, as mulheres do campo se empenharam em começar a buscar romper a divisão de gênero com o questionamento das relações de poder que as subjugava. A autora afirma:



Os movimentos sociais, como espaço inovador das relações de poder, criaram e recriaram novas formas de reivindicar e de estabelecer relações com o poder institucional. No entanto, eles não se isentaram de posições tradicionais de desigualdades de gênero. Nesse sentido, a participação das mulheres nos movimentos sociais foi um aprendizado coletivo que se redefiniu no interior dos próprios movimentos (Sales, 2007, p. 442).

Portanto a participação nos movimentos sociais é educativa. A presença de mulheres no trabalho do campo e no MST propicia a construção de uma nova visão de mundo e de si mesmas, a partir de suas vivências e no seu modo de interagir entre si e na prática de sua organização como movimento social. Através da sua atuação em atividades de massa no movimento, estas buscam e mostram que a luta do MST é também sua, e que desde as demandas iniciais do MST elas estão presentes, como dado o exposto:

Desde a formação do movimento que as mulheres protagonizaram papéis estratégicos para o fortalecimento das lutas do MST. Mulheres lideram trabalhadores em ocupação de terra; formam barreiras com as crianças nos embates e enfrentamento com policiais, milícias privadas e jagunços; participam de marcha pelas estradas brasileiras; organizam ocupações de prédios públicos: compõem comissões de reivindicações junto ao poder público; deslocamento de lugares de origem para liderarem a criação do Movimento em outros territórios; viajam para outros países para representarem o MST; participam de eventos internacionais, para a construção de movimentos de caráter internacional com a Via Campesina, dentre outros (Esmeraldo, 2007, p. 10).

Muitas dessas atividades também são vividas pelas mulheres do grupo “Mãos que Criam”, como o enfrentamento com a polícia na tentativa de reintegração de posse das terras, pelas empresas o Perímetro Irrigado, onde se situa o Acampamento. Além de estabelecerem suas atividades para contribuir na renda do Acampamento, também levam suas questões culturais, de vivências familiares, educacionais e políticas para as reuniões. O grupo é um espaço de partilha, de reafirmação, e aprendizados como nos fala Fabiana:

Não quero sair do Acampamento. Nem que esse grupo deixe de existir. A gente aqui é como se fosse minha família. A gente conversa, desabafa, sai para as Feiras. Às vezes alguém pergunta: o que ganhou na Feira. E se eu não tiver vendido nada, diz: vixe, não ganhou nada. E eu respondo: Ganhei sim! Eu sai, conheci pessoas novas, a gente conversa, volta mais alegre, melhor... ganhar não é só dinheiro (Fabiana)

Por ocasião da Pandemia da Covid-19, em conversas pelo aplicativo *Whatsapp*, Mônica nos informa que as reuniões não estavam acontecendo, e acrescenta: “as mulheres estão muito tristes... não estamos tendo as Feiras. algumas com outras doenças... precisamos fazer alguma coisa para animá-las” ... A fala denota o cuidado com a outra, uma solidariedade e senso de coletividade que foi se construindo aos poucos, e para a qual o Grupo de Mulheres muito contribuiu.

Para além de uma renda extra, as mulheres acampadas buscam visibilidade, como mulheres e,



ainda como mulher que participa das atividades organizativas dos acampamentos e/ou assentamentos, e contribuem para que tenham voz e valorização enquanto mulheres contribuintes no processo de produção agrícola e educativo.

A luta das mulheres pela terra e suas contribuições na agroecologia juntamente com o grupo “Mãos que Criam”, possibilita, também, uma forma de adquirir novos saberes pelas mulheres dentro do MST. Assim sendo, o trabalho que desenvolvem dentro do Acampamento, oriundo de relações de união entre as acampadas, tem forte influência na quebra do patriarcalismo pregado pelo Estado e pela sociedade, consolidando a força do trabalho coletivo entre homens e mulheres na busca de defesa da terra e de seus direitos enquanto cidadãos, como demonstra Heen (2013):

A participação das mulheres constitui, na agroecologia, a possibilidade do redimensionamento dos espaços nos quais elas circulam ou das relações em que elas se engajam. Ao mesmo tempo, o reconhecimento do campo agroecológico contribui para a transformação das condições e de posições de ambos, mulheres e homens, e das interações e formas de sociabilidade, a exemplo das questões de gênero, de geração e de produção, entre outras (Henn, 2013, p. 86)

As práticas agroecológicas realizadas pelas mulheres dentro do Acampamento, se estabelecem de forma a disseminar também as práticas educativas naquele espaço. Visto que, de maneira coletiva, nos encontros de mulheres como também do grupo “Mãos que Criam”, e também na semana Zé Maria do Tomé, que acontece anualmente, nestes espaços de aprendizagem, há a oportunidade de uma reflexão a respeito da realidade a qual se encontram, bem como uma leitura de mundo, proporcionando aos sujeitos uma transformação da realidade.

É, portanto, um saber produzido coletivamente no trabalho educativo, nas relações sociais, na vida organizativa e política dos grupos, apropriado pelos sujeitos envolvidos nesse trabalho e nesse processo. Trata-se de um saber hierarquizado pela prática social dos grupos, uma vez que a ação social exige prioridades, lutas e dinâmicas, modificando-se de forma permanente, de acordo com a caminhada histórica do ambiente social e de suas lutas. É um saber instrumento da prática social, contribuindo para que os sujeitos se insiram em determinadas relações econômicas, políticas e culturais. (Damasceno, 1990, p. 169).

Entre tantas possibilidades de uma educação no âmbito da ação política coletiva, como relata Damasceno (1990), salta a prática social e suas imposições em uma conjuntura agravada pela Pandemia e pelo governo Bolsonaro de caráter protofascista (Fontes, 2019) que libera e amplia o uso de agrotóxicos e a criminalização dos movimentos sociais. Nesse contexto, a agroecologia e a organização das mulheres, representam práxis de resistência.



#### **4 APRENDIZADOS EM AGROECOLOGIA**

As acampadas e participantes do grupo ‘Mãos que Criam’ lutam pelo direito e pela garantia de residir em um território predominado pelo agronegócio e pelo patriarcado. Seus quintais produtivos são, na verdade, sementes de esperança, numa forma de plantar que respeita a terra e da reinserção da mulher na construção de saberes agroecológicos; os frutos já estão sendo colhidos, são representados pela busca da qualidade de vida, a participação feminina nas atividades advindas da organicidade do MST e as práticas educativas organizadas pelas próprias acampadas (Silva, 2019).

Silva (2019) diz que o desenvolvimento das práticas agroecológicas geradas pela presença da mulher na busca por novos saberes inerentes à forma como produzir de acordo com o que defende o MST, tem o propósito de resgatar o cuidado com a terra em consonância com novas relações sociais mediadas pela equidade de participação. Indo em concordância com o que diz Henn (2013):

A participação das mulheres constitui, na agroecologia, a possibilidade do redimensionamento dos espaços nos quais elas circulam ou das relações em que elas se engajam. Ao mesmo tempo, o reconhecimento do campo agroecológico contribui para a transformação das condições e de posições de ambos, mulheres e homens, e das interações e formas de sociabilidade, a exemplo das questões de gênero, de geração e de produção, entre outras (Henn, 2013, p. 86).

A partir dos quintais produtivos, dos saberes adquiridos ao longo dos anos os quais possibilitam desenvolver atividades artesanais e de culinária, e comercializar seus produtos, as mulheres desenvolvem aprendizados sobre agroecologia e fortalecem sua organização.

São nesses momentos de participação política, venda e exposição dos produtos que por elas são elaborados, que identificamos a organização e interação feminina. Segundo Silva (2019) essas ações surgem como práticas educativas, de muitos aprendizados, mediadas pela educação não formal, partindo da visão de que são atividades pensadas e elaboradas para dar voz às que sempre foram silenciadas e neste sentido, adquire o traço político e de uma conscientização (Freire, 1987).

#### **5. CONCLUSÃO**

Ao observar o grupo de mulheres “Mãos que Criam”, percebe-se a organização das mulheres de forma educativa, com formação para a luta e resistência, o qual as permite reconhecer-se enquanto mulheres, camponesas e acampadas, reivindicando para si inclusão nos espaços de deliberação.

A inserção da mulher na luta é um ato político, podendo-se perceber a ruptura do estigma de que a mulher é quem fica na cozinha, a que cuida dos filhos e da casa. Sendo constatado nas falas e posicionamentos, a perspectiva de rompimento com um sistema que insiste em excluí-las, assim, percebe-se um processo de despatriarcalização construído pelas mulheres do Acampamento (Silva, 2019).

A partir desse grupo, as mesmas conseguiram dividir as tarefas relacionadas à produção de alimentos, sendo cada família responsável por um cultivo diferente, tornando-se essas mulheres as principais responsáveis pelo processo de transição agroecológica e segurança alimentar no



acampamento. Atualmente, lá se produz frutas, hortaliças e tubérculos, dentre eles, destacam-se mamão, banana, tomate, milho, abóbora, salsa, coentro, feijão, entre outros; as mulheres camponesas elaboram produtos como: doces, bolos, molhos e xaropes, evitando assim o desperdício e conseguindo agregar valor à produção, sendo vendidos diariamente no próprio local de produção, e também nas comunidades das adjacências, e ainda por duas vezes na semana realizam uma feira com produtos em transição agroecológica no município de Limoeiro do Norte (CE), e mensalmente e em ocasiões extras nos eventos da FAFIDAM.

Elaboram como aprendizados uma concepção crítica de seu lugar no mundo, das relações sociais injustas no capitalismo, refazem a confiança em si mesmas e desenvolvem uma forma mais saudável de produção, com novos conhecimentos em agroecologia e comercialização, constituindo um processo de educação popular em âmbito não-formal.

Assim, as mulheres do Acampamento têm se destacado no fortalecimento do projeto de plantação com base agroecológica, e seus produtos não só têm propiciado segurança alimentar e nutricional, mas também a conquista de sua inclusão organização social e política.

## REFERÊNCIAS

Adichie, C. N. (2014) **Sejamos todos feministas**. São Paulo: SCHWARCZ S.A.

Aguiar, A. C. P. (2017). **Más-formações congênitas, puberdade precoce e agrotóxicos: uma herança maldita do agronegócio para a Chapada do Apodi (CE)**. 2017. 199 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Braga, L. Q. V. (2010). **Agronegócio cercando agroecologia: modo de vida e conflito socioambiental em comunidades agrícolas de Tabuleiro de Russas, Ceará**. 2010. 187 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Caporal, F. R. (2009). **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília. 30 p.

Cavalcante, L. V. (2019). **As firmas tomaram conta de tudo: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe – CE**. 2019. 398 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará - UECE, Fortaleza.

Damasceno, M. N. (1990). **Pedagogia do engajamento: trabalho, prática educativa e consciência do Campesinato**. Fortaleza: UFC – Stylus Comunicações.



- Diógenes, S. da S. (2017). **(In)visibilização das causas de câncer na zona rural de Limoeiro do Norte, a vulnerabilização e os riscos do uso dos agrotóxicos**. 2017. 173 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva. Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza.
- Esmeraldo, G. G. S. (2007). A produção de um devir minoritário em Mulheres Sem Terra. **In: Núcleo de Pesquisa e Movimentos Sociais**. II Seminário Nacional. Movimentos Sociais e Democracia. Disponível em: [http://www.sociologia.ufsc.br/npms/gema\\_esmeraldo.pdf](http://www.sociologia.ufsc.br/npms/gema_esmeraldo.pdf). Acesso em 22 Mar. 2021.
- Federici, S. (2017). Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Título original: Caliban and Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation. Tradução coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante.
- Freire, P. (1987). **Pedagogia do Oprimido**. 16ª Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Freitas, B. M. C. (2017). **Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da renda da terra ao capital no contexto da expansão da Política Nacional de Irrigação no Ceará**. 2017. 325 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo.
- Fontes, V. (2019). O núcleo central do governo Bolsonaro: o protofascismo. *Combate Racismo Ambiental*, 11 jan. 2019. Disponível em : <https://racismoambiental.net.br/2019/01/11/o-nucleocentral-do-governo-bolsonaro-o-proto-fascismopor-virginia-fontes/>. Acesso em: 05/11/2020.
- Gohn, M. G. (1997). **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola.
- Gonçalves, R. (2009). (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. **Dossiê: contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais**. *Mediações*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 198-216, jul./dez.
- Hecht, S. B. (2002). **A evolução do pensamento agroecológico**. In: ALTIERI, M. A. (Ed.). *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Agropecuária; ASPTA, p. 21-51.
- Henn, I. A. (2013). **Agroecologia e relações de gênero em projeto societário**. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa. p. 65-87.
- Lowy, M. (2010) **A alternativa Ecosocialista**. In: MELO, J.A.T. *Direito Ambiental, Luta Social e Ecosocialismo*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. 1987.
- Oliveira, M. J. A. de F. (2016). **Educação, trabalho e resistência da agricultura familiar camponesa na Chapada do Apodi – Ceará**. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino - MAIE). Universidade Estadual do Ceará - UECE, Limoeiro do Norte.



Rigotto, R. (2011). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC/Expressão Popular.

Rosset, P. M., Torres, M. E. M. (2016). Agroecología, territorio, recampesinización y movimientos sociales. Estudios Sociales. **Revista de investigación científica**. v. 25, n. 47, p. 275- 299.

Sales, C. V. (2007). Mulheres Rurais: **Tecendo Novas Relações e Reconhecendo Direitos**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.15, n.2, p.437-443.

Santos, E. R. dos. (2016). **Agricultura familiar camponesa e agroecologia em apodi/RN** - caminhos e desafios em contexto de conflito ambiental. 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Silva, M. N. (2019). **Aprendizados e insurgências das mulheres pela luta da terra**. 2019. 173 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino – MAIE), Universidade Estadual do Ceará – UECE, Limoeiro do Norte.

Sousa, M. G. de F. (2015). **Avaliação do herbicida glifosato presente na atmosfera. Estudo de caso: município de Limoeiro do Norte - CE**. 2015. 91 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Gestão Ambiental) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, Fortaleza, 2015.

